

Prezados leitores e membros da comunidade,

Com relação à reportagem publicada no link mencionado (<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111627766>), gostaríamos de esclarecer os fatos e repudiar informações incorretas que comprometem a imagem de servidores e da instituição como um todo.

Primeiramente, é importante ressaltar que os servidores citados na matéria não ocupavam os cargos descritos no período de apuração dos apontamentos realizados pela Auditoria.

O período em questão é referente ao ano de 2016, quando a empresa Reis & Reis, por meio do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 083/2017, iniciou o processo de auditoria na folha de pagamento do SAAE em 21 de junho de 2017.

Após a conclusão do processo de auditoria, foram relatados apontamentos que dizem respeito às gestões passadas.

Portanto, em total alinhamento com a Presidência da instituição, bem como com o Ministério Público, todas as recomendações feitas pela auditoria foram integralmente acatadas, demonstrando nosso compromisso com a transparência e a regularização dos procedimentos administrativos.

Além disso, cabe esclarecer que a matéria publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) refere-se a um processo que está em andamento, não foi sentenciado até esta data, logo, ainda não houve sentença condenatória, logo, não há transitado em julgado, como demonstra a publicação em comento.

Portanto, ainda que tal decisão constasse do processo, existe a possibilidade e o direito de interposição de recurso, em respeito ao princípio do devido processo legal e do duplo grau de jurisdição que asseguram a ampla defesa e o contraditório, o que significa que os apontamentos dos nomes podem ser e serão revisados e esclarecidos. Este é um aspecto crucial que não foi adequadamente destacado na reportagem, levando a interpretações equivocadas e prejudiciais, ferindo a imagem e honra dos servidores, direitos assegurados constitucionalmente.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a ética, a transparência e a responsabilidade na gestão pública. Trabalhamos diariamente para assegurar que os procedimentos administrativos sejam realizados de forma correta e em conformidade com a legislação vigente. Pedimos, portanto, que a reportagem seja revisada, considerando os fatos apresentados nesta carta aberta, e que o jornalismo responsável prevaleça.

Agradecemos a atenção e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,